

STJ00104771

COORDENADORES

FERNANDO ARAÚJO

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

ORGANIZADORES


LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE

VIVIAN AMAFRO CZELUSNIAK



# EM BUSCA DOS CAMINHOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

*Um livro ofertado para Bibliotecas  
do Empson, minha querida  
CASA.*

*Luciano Albuquerque* PUCPRESS   
*Brasília, 14 de maio de 2016*

Curitiba  
2016



© 2016, Fernando Araújo e outros  
2016, Editora Universitária Champagnat

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

Editora Universitária Champagnat  
Coordenação: Michele Marcos de Oliveira  
Editor: Marcelo Manduca  
Edição e preparação de originais: Ísis Casagrande D'Angelis  
Revisão: Amanda Rodrigues Soares  
Editora de arte: Solange Eschpio  
Capa: Janete Yun e Rafael Matta Carnascialli  
Projeto gráfico: Janete Yun  
Diagramação: Gustavo Barreiros Slomecki e Solange Eschpio

Conselho Editorial  
Auristela Duarte de Lima Moser  
Eduardo Biacchi Gomes  
Jaime Ramos  
Joana Paulin Romanowski  
Lorete Maria da S. Kotze  
Rodrigo Moraes da Silveira  
Ruy Inácio Neiva de Carvalho  
Vilmar Rodrigues Moreira  
Zaner Ramos Barcellos

Editora Universitária Champagnat

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar  
Câmpus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR  
Tel. (41) 3271-1701  
editora.champagnat@pucpr.br – www.editorachampagnat.pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

E53 Em busca dos caminhos jurídicos e econômicos para a superação da crise /  
2016 (organizadores), Fernando Araújo... [et al.]. - Curitiba : PUCPress, 2016.  
360 p. : il. ; 23 cm.

Vários autores  
ISBN 978-85-68324-21-9 (Brasil)  
ISBN 978-989-20-6317-1 (Portugal)

1. Direito econômico. 2. Agências reguladoras de atividades privadas. 3. Crise econômica. I. Araújo, Fernando.

Doris 4. ed. – 341.378

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

1330329

17/05/18

# Sumário



## APRESENTAÇÃO

## PARTE I: DIREITO, ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. A superação da crise por meio da extrafiscalidade tributária: uma experiência Brasileira	15
<i>Oksandro Osdival Gonçalves</i>	
1.1 Introdução	15
1.2 A crise mundial	16
1.3 A extrafiscalidade tributária Brasileira	22
1.4 A política Brasileira de utilização da extrafiscalidade para superar a crise	24
1.5 Conclusão	31
2. Políticas públicas: proteção e incentivo ao consumo no Brasil	35
<i>Antônio Carlos Efnig, Guilherme Misugi e Leonardo Gureck Neto</i>	
2.1 Introdução	35
2.2 O consumo e o desenvolvimento socioeconômico	36
2.3 Políticas públicas voltadas ao enfrentamento da desigualdade social	43
2.4 Análise de algumas políticas públicas adotadas para proteção e incentivo ao consumo no Brasil	50
2.5 O incentivo ao consumo como fator de desenvolvimento socioeconômico	55
2.6 Conclusão	58
3. A reforma do estado de bem-estar social	63
<i>Paula Vaz Freire</i>	

3.1	Introdução	63
3.2	Conceitos essenciais	64
3.3	Modelos de estado de bem-estar social	66
3.4	Evolução e sustentabilidade do <i>Welfare state</i>	70
3.5	Conclusão: recalibrar o estado De bem-estar social	73
4.	O papel do direito nas políticas públicas para a inovação	77
	<i>Vivian Amaro Czelusniak e Marcia Carla Pereira Ribeiro</i>	
4.1	Introdução	77
4.2	Inovação	79
4.3	Políticas públicas para a inovação no Brasil	82
4.4	O direito é impulsionador de políticas públicas?	86
4.5	Avaliações das políticas públicas para a inovação	91
4.6	O direito e as políticas públicas para a inovação	98
4.7	Conclusão	102

## **PARTE II: ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

5.	Poder de controle interno nas S.A. como instrumento de superação das crises econômicas	109
	<i>Edson Isfer</i>	
5.1	Introdução	109
5.2	Premissas	110
5.3	Questões controvertidas	110
5.4	Institucionalismo x contratualismo	110
5.5	Institucionalismo publicista	111
5.6	Institucionalismo organizativo	113
5.7	Nexos de contratos	114
5.8	O fortalecimento da administração	116
5.9	Os administradores e o controle indireto pelos majoritários	120
5.10	Opções adotadas pelo legislador Brasileiro	122
5.11	Legislação não estatal: BM&FBovespa – novo mercado	129
5.12	Conclusão	132
6.	Formas consensuais de solução de controversias para a eficiência da administração pública	135
	<i>Luciano Elias Reis e Emerson Gabardo</i>	

6.1	Introdução	135
6.2	Eficiência como um dever-poder à atuação administrativa	136
6.3	A consensualidade no atual direito administrativo	144
6.4	A resolução de controvérsias e suas formas consensuais para eficiência da administração	150
6.5	Conclusão	155
7.	O que significa livre concorrência no campo das contratações públicas?	159
	<i>Luciano Taques Ghignone</i>	
7.1	Introdução	159
7.2	A consagração normativa da livre concorrência	160
7.3	O tratamento doutrinário e jurisprudencial da livre concorrência nas contratações públicas	162
7.4	Alguns apontamentos da economia sobre a livre concorrência	168
7.5	A livre concorrência como vedação de práticas anticompetitivas decorrentes da cobrança de um preço de monopólio	178
7.6	Conclusão	182
8.	Modelos alternativos de provisão num contexto de crise e redução do “Espaço orçamental”: Em particular, o caso das parcerias público-privadas	185
	<i>Nazaré da Costa Cabral</i>	
8.1	Introdução: conceito e elementos caracterizadores das parcerias público-privadas (ppp)	185
8.2	Vantagens e desvantagens do recurso às ppp	187
8.3	Enquadramento contabilístico, estatístico e orçamental das ppp	190
8.4	A crise financeira de 2008-2009 e seu impacto sobre as ppp	194
8.5	A Europa e as respostas aos efeitos da crise sobre as ppp	196
8.6	Portugal e as ppp: o impacto da crise	198
8.7	Conclusão	200
9.	A resolução extrajudicial de conflitos por entidades reguladoras em Portugal, à luz da nova lei-quadro das entidades reguladoras	203
	<i>Nuno Cunha Rodrigues</i>	

9.1	Introdução	203
9.2	O novo modelo organizacional das entidades reguladoras	206
9.3	A resolução extrajudicial de conflitos por entidades reguladoras	208
9.4	Conclusão	215

### **PARTE III :DIREITO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

10.	A funcionalidade da arbitragem para a resolução de conflitos individuais e transindividuais	217
	<i>Elton Venturi</i>	
10.1	Introdução	217
10.2	A visão funcional (instrumental) da arbitragem	219
10.3	A opção regulatória da arbitragem	227
10.4	Releitura conceitual da arbitragem	230
10.5	Arbitragem coletiva no Brasil?	233
11.	A análise econômica da responsabilidade civil	239
	<i>Thaís G. Pascoaloto Venturi</i>	
11.1	Introdução	239
11.2	Análise econômica da responsabilidade civil: a prevenção dos danos	242
11.3	Apontamentos acerca do papel da responsabilidade civil e da regulação pública sob a ótica da análise econômica	253
12.	Novas tendências da responsabilidade civil: danos ambientais, danos morais ambientais e danos às gerações	265
	<i>Carla Amado Gomes</i>	
12.1	Introdução	265
12.2	Fins da responsabilidade civil (extracontratual)	266
12.3	Modelos de imputação	266
12.4	Objecto	268
12.5	Métodos de reparação	269
12.6	Lesados	272
12.7	Dano	274

13. Desafios econômicos do processo de execução: a contribuição luso-Brasileira .....	279
<i>Fabio Caldas de Araújo</i>	
13.1 O processo de execução e a economia de mercado	279
13.2 O processo civil constitucional e a tutela executiva adequada .....	281
13.3 O cumprimento de sentença e a harmonização procedimental .....	284
13.4 Conclusão .....	294
14. Desígnios do “novo” Código de Processo Civil português	297
<i>José Luís Bonifácio Ramos</i>	
14.1 Introdução: o processo civil perante os desígnios do século xxi .....	297
14.2 A reforma do cpc: pressupostos e metodologia	299
14.3 A mistificação do “novo” cpc português .....	305
14.4 Alterações paradigmáticas? .....	312
14.5 Conclusão: interrogações relativas aos desígnios da reforma .....	321
15. Reflexos da insegurança jurídica e precedentes judiciais vinculantes: uma abordagem sumária e econômica	327
<i>Ruy Alves Henriques Filho</i>	
15.1 Introdução .....	327
15.2 A atividade jurisdicional: interpretação e/ou criação do direito – reflexos econômicos .....	328
15.3 A crise da insegurança jurídica: a difícil equação previsibilidade x efetividade do direito	339
15.4 Os precedentes judiciais: solução ou engessamento do sistema? .....	349
15.5 Conclusão .....	352
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>358</b>